

O ENLACE REGIONAL E O PONTO DE SATURAÇÃO PRÁTICAS DO URBANISMO EM MACAU

Rui Leão

Arquitecto, LBA - Arquitectura e Planeamento Lda., Macau

Resumo: Apresentação da ideia de lugar relativamente a Macau e uma breve análise das do desenvolvimento da urbanização de Macau após 1999, terminando com uma leitura relativa às práticas de planeamento, do que tem sido desenvolvido intramuros e regionalmente.

Palavras-chave: urbanismo; práticas de planeamento

Macau vista do mar

Na sua origem, Macau é uma típica cidade de Mar Portuguesa: feita para ser vista primordialmente por quem a aborda do Mar. Os festos das colinas são construídos com igrejas e posteriormente com fortes, e os lotes senhoriais na Baía expõem o desenho da Arquitectura civil que mostra o sucesso burgues e mercantil do burgo a quem se avizinha.

No caso de Macau, o seu estabelecimento português como entreposto, colónia, porto da China, *East meets West* ou o encontro de culturas e sua nomenclatura oficial nas últimas décadas portuguesas: como *Território Chinês sob Administração Portuguesa* – definição de compromisso que assegurou a suspensão patriótica no período pré-transição – deu lugar a novas nomeações no período pós transição: A porta para o ocidente, a ponte com o ocidente, um país dois sistemas ou a plataforma chinesa com o mundo lusófono. Macau é vista pela china como uma peça importante na sua estratégia de reabertura e globalização, juntamente com Tsigtao, Shanghai, Tianjin e Harbin.



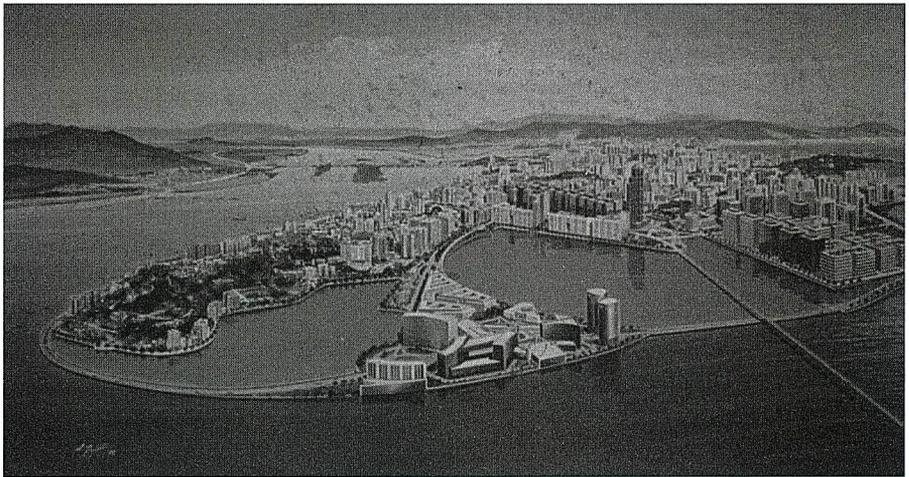


Fig. 2. Plano do fecho da Baía da Praia Grande, 1993

A ideia deste lugar

O lugar é essa ferida de onde vimos – *cette blessure d où je viens* – como uma cicatriz da noite; a nossa relação fenomenológica com o real está condicionada pela impossibilidade de nos distanciarmos física e sistematicamente do nosso lugar, sem nos alienarmos de nós.

Macau é um caso extremo, onde o limite da cidade, o limite do Território e o limite do nosso imaginário coincidem, como um perfeito e redondo aquário.

A expansão do território faz-se por meio de aterros que ganham conotações de propaganda num contínuo acto de ampliar o aquário, sempre mais denso e concentrado em si mesmo. Uma cidade que se desdobra na água, retirando-se do mar pelo emparedamento como se vai construindo de ciclo para ciclo.

O ponto de saturação

No processo de desenvolvimento de qualquer cidade, existem sempre fatores imponderáveis que influem o crescimento da cidade à margem do planeamento que se faz.

Há cidades que, numa curva de aprendizagem vão integrando parte destes imponderáveis nas equações e previsões que fazem do desenvolvimento urbano.

Relativamente ao controle e distribuição da densidade urbana, Macau tem ainda muito a aprender. A cidade chegou a um ponto de saturação que se reflete

no quotidiano de todos: saturação do mercado imobiliário, saturação da utilização viária, saturação do uso do passeio e por aí fora.

Houve períodos em que a capacidade de investimento em Macau, associada aos níveis de lucro que um investimento imobiliário permitia, fazia de modo que apenas alguns lotes tivessem este tipo de salto de densidade.

Actualmente, com a hiperinflação e falta quase total de novos terrenos para desenvolver, todas as zonas antigas estão sob risco de serem sujeitas a esta multiplicação de densidade de utilizadores.

Fiz esta análise gráfica dos lotes típicos em Macau e da transformação que lhes é permitida actualmente, da classe de altura M (Médios) para a classe A (Altos).

Pretendo argumentar que se todos os lotes forem desenvolvidos – o que é uma probabilidade sempre crescente – a cidade ficará impraticável.

Há medidas que podem ser adoptadas, como a compra de direitos aéreos, praticada em Hong Kong ou os modelos volumétricos desenvolvidos em Portland e Seattle, onde existe uma densidade considerada máxima para cada zona da cidade, e um número máximo de volumetrias muito altas e altas por zona, que são atribuídas aos proprietários e investidores que mais cedo chegarem com melhores contrapartidas urbanas (espaço público, conectividade, arquitectura sustentável, etc). Claro que estas cidades, para implementarem estes planos têm um sofisticado sistema de planeamento urbano e instrumentos de planeamento complexos e flexíveis, onde o sector privado tem um papel activo importante (dos profissionais aos cidadãos).

Em Macau, o mais importante, neste momento é acabar-se com esta cultura onde cada desenvolvimento de lote urbano tem que ser um negócio muito lucrativo, e continua a ser essa a preocupação central das partes envolvidas no processo (Governo, Investidores e projetistas). Há zonas e lotes que têm outras prioridades e que não podem continuar a ser sacrificadas, como o centro histórico, as frentes de rio e as áreas dentro de corredores visuais significativos. Naturalmente, numa cidade como Macau deveriam existir maiores incentivos para a recuperação e para o *adaptive reuse* de edifícios históricos, e maiores incentivos em contrapartidas para os projectos que ofereçam soluções de espaço público e que qualifiquem a vida urbana. Nada disso se verifica, para já.

Relativamente ao Ponto de Saturação, gostava de fazer ainda a seguinte observação: Se todos os lotes numa dada área forem desenvolvidos em altura, qual seria o impacto urbano disso, para além da óbvia desqualificação da paisagem urbana que se tem verificado? O aumento da quantidade de viaturas na rua, a necessidade de mais equipamento social, de mais espaço público e de mais lugares de estacionamento, são tudo problemas suscitados pela sobre construção dos lotes urbanos, que ninguém quantifica nem resolve; a rua passa a ser impraticável



para os peões e para toda uma vida social que era até ai a pulsação do bairro, o comércio local não consegue concorrer com o aumento das rendas e morre e o espaço público em vez de aumentar, reduz-se ou elimina-se. As arborizações ao longo das vias, quando existe é arrancada e substituída por estacionamento de motociclos. Naturalmente, não estou aqui a falar de um futuro negro que se avizinha: isto é o que se passa actualmente em Macau.

Tem naturalmente que existir uma política de redução de motociclos e carros, fácil de se implementar com um bom aumento do imposto sobre veículos poluentes; Tem que existir uma política de salvaguarda para as zonas históricas e corredores visuais, incluindo a criação de novas zonas de proteção; Tem que existir uma política de espaços verdes, com a definição rápida de zonas verdes de proteção em Coloane e na Taipa...

Macau vista da China

A imagem de campanha da candidatura de Macau a Património da Humanidade em 2003, lançada pelo governo da RAEM, era uma vista da cidade desenhada a partir da Ilha de São João a Norte, vista como a China sempre olhou para Macau, de Norte e de cima – Macau como um pedaço do ocidente enxertado na China, serviu durante séculos para a China se permitir olhar despreocupadamente para uma ideia sua de ocidente – um ocidente domesticado e uma natural inversão da imagem que nos habituámos a ter de Macau vista de Sul, com sua curvatura doce, acolhedora e familiar, olhando o sul, o mar, as Naus e as Lorchas.

Os primeiros anos Chineses de Macau forão caracteristicamente definidos por este código de inversão: Inversão do tempo, que passou a ser descontado; inversão de valores e da autodeterminação das classes sociais e inversão da simbologia e representacao atribuidas à Arquitectura. Esta inversão pode ser entendida apenas como um gesto formal, mas primordialmente contém em si um dispositivo que desencadeia a viragem do código de acção, do código que vai regenerar a construção do lugar.

Nos últimos anos, no período após o *gambling boom*, Macau tem assistido à sua retransmissão genética para o outro lado da fronteira em vários planos e oportunidades que irão caracterizar e redefinir Macau a uma escala maior e para além da sua fronteira geográfica. A seguir a uma primeira década de limbo, em que se deixou o investimento privado tomar conta do destino da cidade sem se redefinirem políticas nem práticas para o sector do urbanismo, chega-se agora a uma fase de simbiose e transmutação recíproca com a macrorregião do Delta do Rio das Pérolas.

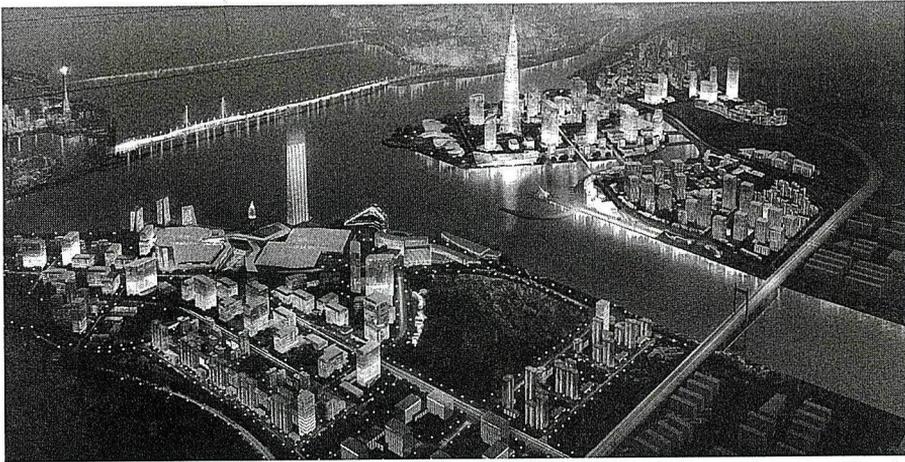


Fig. 4. Plano para os novos *Central Business Districts* (CBD) em Hengqin, Ilha da Montanha (Macau à esquerda)

Enlace regional

O planeamento tem sido utilizado como instrumento chave na articulação e integração das RAEs no território Chinês. A integração de Macau na megalopolis do rio das Pérolas integra-se no plano de revisão funcional-regional que pretende guiar a região na sua conversão pós-industrial. Macau e Hong Kong fazem parte dos 9+2; as 11 cidades principais que por ordem do Governo Central articulam o planeamento inter-regional no Delta do Rio das Pérolas. A integração de Macau no Delta é importantíssima para Macau, tanto economicamente como do ponto de vista da livre circulação de pessoas e bens.

As infra-estruturas actualmente em construção a partir de Macau para o Delta traçam uma mudança de escala total na extensão do território urbano que Macau passará a incorporar. A estratégia parece pretender espelhar um centro de serviços qualificado (como Hong Kong) para o lado oeste do estuário, centrado em Macau, mas tendo como eixo de desenvolvimento e expansão Hengqin, Wanchai e Gongbei, que juntamente fazem um anel em redor de Macau. Esse anel marca 3 eixos regionais de desenvolvimento que se estendem radialmente para o *hinterland* oeste da Província de Cantão e para a Província de *Guangxi* até ao Vietname. O modelo de desenvolvimento de Hong Kong, que desencadeou a rápida industrialização até à Província de *Fujian*, ao se desdobrar para Oeste irá redobrar a escala do fenómeno urbano do actual Delta, com Macau a passar a estar no centro de um segundo vetor de industrialização, com o Jogo e o seu conteúdo histórico a ancorar o novo eixo.

A nova ponte HK-Macau-Zhuhai, a urbanização quase instantânea de Hengqin que podemos observar daqui, os sistemas de LRT de Macau e Zhuhai e o comboio rápido para Cantão fazem toda parte de uma primeira fase da estratégia de redobrar o modelo do Delta a Oeste, sendo que o Aeroporto e o Porto de Zhuhai já tinham sido planeados com um enfoque de macro escala há 30 anos atrás.

O reposicionamento de Macau à escala regional e à escala da China resulta de preocupações estratégicas do planeamento do Governo Central, refletidas pelos mecanismos de planeamento regional, nomeadamente pelo grupo 9+2, e reflete a sofisticação do modelo de desenvolvimento económico pela sobreposição da visão estratégica regional e da uma legitimação marxista da historicidade do território na relação que Macau teve e tem para o pensamento Chines.

O novo Central Business Distric (CBD) planeado para as imediações oeste de Macau, a uns meros quinhentos metros da baía da Praia Grande insinua-se como um implante íconico terciário sobre a cidade e seu skyline actual de casinos e hotéis. Zhuhai possui alguns centros terciários, nomeadamente na fronteira norte de Macau e na sua zona portuária.

Nada ingenuamente, este plano replica os dois mastros que pontuam os dois lados da Baía de Hong Kong com duas torres igualmente terciárias. Em Hong Kong, a norte o *International Commerce Centre* a inaugurar em 2010 da autoria da *KPF*, e a sul o *International Finance Centre 2* de *Cesar Pelli & Associates* (Norte e Sul, respectivamente Kowloon e Hong Kong).

Este novo CBD ficará igualmente ligado a Macau com a constuição de um túnel pedonal que ligará a Baía da Praia Grande a esta nova cidade.

Este cenário de futuro surge apenas quatro meses após ter sido oficialmente anunciado o início da construção da ponte Hong Kong-Macau-Zhuhai que ligará as duas margens do delta do rio das Perolas. É um cenário que aparece como uma miragem de Macau, oferecendo-lhe tudo o que lhe falta, como um desejo cumprido que permitirá à cidade continuar a sua primeira década de esplendor económico. Esta adaptação rápida e estratégica ao desenvolvimento, na sequência da convulsão da década que a antecedeu, apresenta-se como uma viragem planeada com a mesma carga com que a primeira década da RAEM foi fruto do livre jogo de interesses a se posicionarem no terreno a partir do novo contrato de Jogo (2003) e de tudo que lhe sucedeu.

Na contagem do tempo ao contrário das RAEs, a marcação do tempo e ritmo é heróica e estoica, como num filme de *Hollywood*. O planeamento e a Arquitectura surgem como grandes instrumentos do lema um País dois sistemas. A expansão do território num inesperado gesto igualmente cinematográfico define-se por ausência - no caso do novo Campus da Ilha da Montanha - não na sacral forma de aterros mas no efeito especial do túnel para outro canal ou zona geo-política, fruto de uma macro-escala que finalmente absorve Macau.



Notas

RAES – Regiões Administrativas Especiais. Denominação do sistema de governação de Macau e Hong Kong no período pós-colonial, constituindo o segundo sistema de Um País Dois Sistemas da RPC

RPC – República Popular da China

ZEE – Zonas económicas especiais ou zonas-almofadas. Delimitação territorial anexa às RAEs ou a uma cidade portuária na RPC que se rege como zona franca e com sistema legal distinto do resto da RPC, onde se estabelecem condições especiais de investimento industrial e oferta de mão-de-obra.

COTAI – zona de aterros entre as ilhas de Coloane e Taipa onde se está a construir o novo strip de casinos e entretenimento de Macau: o cotai strip

Bibliografia

- BHABHA, Homi K., *The location of Culture*, 2012, Routledge;
- CODY, Jeffrey W., *Building in China*, Henry K Murphy's Adaptive Architecture, 1914-1935, the Chinese university press;
- LLARDI, Massimo, *Il Tramonto dei non luoghi*, Meltemi Melusine, 2007;
- ISOZAKI, Arata, *Mirage City: why utopia?*, scope of Hengqin Island development, Arquitectura Macau 09, Associação de Arquitectos de Macau;
- SAID, Edward W., *Culture and Imperialism*, Vintage books, 1993;
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty, *Can the subaltern speak?*, 2010, ColumbiaU Press;
- WANG, Joseph Cho, *The Chinese Garden*, Oxford University Press, 1998.